

ANA DE AMSTERDAM: TRAÇANDO ROTAS ENTRE O TERCEIRO ESPAÇO E O SPACE-OFF

ANA DE AMSTERDAM: TRACING ROUTES BETWEEN THIRD SPACE AND SPACE-OFF

RESUMO

Sob uma perspectiva pós-colonial este artigo tem como objetivo promover uma articulação entre os conceitos de “Terceiro Espaço”, de Homi K. Bhabha (1998), e o de “Space-Off” (1987), de Teresa de Lauretis, com o intuito de fortalecer a intersecção entre fatores como raça, etnia e gênero na área de Estudos Culturais, promovendo travessias nos Estudos de Gênero, bem como nos Estudos Literários. O livro *Ana de Amsterdam* (2015), de Ana Cássia Rebelo, escritora portuguesa nascida em Moçambique, foi selecionado como suporte para relacionar as definições teóricas mencionadas acima. Tal escolha está relacionada com a identidade híbrida revelada nas vivências e na escrita da autora, bem como no formato de sua obra. Ao fim da escrita, concluiu-se que a aproximação entre os conceitos oportuniza reflexões mais profundas sobre as opressões colonizadoras, viabilizando novos olhares e novas estratégias para a desconstrução de padrões arbitrários que perseguem sujeitos desfavorecidos num sistema capitalista patriarcal.

Palavras-chave: Ana de Amsterdam. Interseccionalidade. Pós-colonial. Space-Off. Terceiro Espaço.

ABSTRACT

From a post-colonial perspective, this article aims to promote an articulation between the concepts of “Third Space” by Homi K. Bhabha (1998) and “Space-Off” (1987), by Teresa de Lauretis, in order to strengthen the intersection between factors such as race, ethnicity and gender in the area of Cultural Studies, promoting crossings in Gender Studies, as well as in Literary Studies. *Ana de Amsterdam* (2015), by Ana Cássia Rebelo, a Portuguese writer born in Mozambique, was selected as a support to relate the theoretical definitions mentioned above. This choice is related to the hybrid identity revealed in the author’s experiences and writing, as well as in the format of her work. At the end of the writing, it was concluded that the approximation between the concepts opposes deeper reflections on the colonizing oppressions, enabling new looks and new strategies for deconstructing arbitrary patterns that pursue disadvantaged subjects in a patriarchal capitalist system.

Keywords: Ana de Amsterdam. Intersectionality. Post-colonial. Space-Off. Third Space.

Paulo Alexandre Cardoso Pereira

Universidade de Aveiro, Doutor em Literatura. E-mail: ppereira@ua.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2539-4248>

Lana de Araújo Gomides

Universidade de Aveiro, Mestra em Arte e Cultura Visual e Doutoranda em Estudos Culturais. E-mail: lanagomides@ua.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4824-8246>

Introdução

Como sistematizar termos e conceitos para construir uma escrita com início, meio e fim, quando a intenção é discutir a desordem? Ou melhor, como trazer para o discurso o que acontece nos espaços que muitos sujeitos estão condicionados a (fingir) não ver?

As reflexões a serem desenvolvidas nas páginas seguintes buscam articular o conceito de “Terceiro Espaço”, de Homi K. Bhabha, com o de “Space-Off”, de Teresa de Lauretis. Logo, visam contribuir para a desconstrução de polaridades, binarismos e estabilidades fundadas pelos pensamentos hegemônicos.

Sem dúvida, é relevante mencionar que será empreendido um esforço de aproximação crítica de tipo decolonial e, portanto, de valorização de um hibridismo de tipo emancipatório. Sobretudo, apesar de o conceito ter origem em projetos coloniais para promover a segregação entre agentes e objetos da colonização, neste ensaio o seu uso assume o objetivo de minar a noção de um discurso monológico autoritário.

Para sustentar as discussões e promover uma relação textualmente radicada das concepções trabalhadas, serão analisados alguns textos do livro *Ana de Amsterdam* (2015), de Ana Cássia Rebelo, escritora nascida em Moçambique e filha de pai goês e mãe alentejana.

A obra é composta por textos organizados em ordem cronológica e provenientes do blog da autora. Por isso, é possível dizer que se trata de um diário pessoal fragmentário e com ausência de continuidade narrativa.

Visto que a autora se mudou com a família para Portugal aos cinco anos, sua identidade e, conseqüentemente, seus escritos são fluidos e frutíferos para uma aproximação acerca das raízes e descentralizações intensificadas pelos fluxos migratórios. Despreocupada com as moralidades convencionais, Ana Cássia Rebelo aborda a maternidade, a depressão, a libido (ou a ausência desta), as lembranças das terras pelas quais passou ou ouviu histórias sobre, bem como os estereótipos atribuídos à sua vivência atravessada por diferentes culturas.

Dessa forma, a escolha de suas narrativas para esta discussão está ancorada na interseccionalidade que elas promovem no que diz respeito às questões de gênero e etnia. Por outro lado, o hibridismo inscreve-se também na lógica do próprio projeto literário, dado que a autora insere microcontos na sintaxe típica do diário.

Longe de sedimentar conclusões fixas, até porque esta escrita estabelece diálogos com o caos, será feito um esforço para tornar os conceitos aqui trabalhados acessíveis e instigantes para os leitores decoloniais.

Trilhando conceitos

Para abordar o hibridismo, teremos que nos munir de indispensável cautela epistemológica. Dado que o termo é reciclado, ou seja, sai de um contexto racista e

colonial para um uso positivo entre decolonialistas, é arriscado tê-lo numa reflexão com o objetivo de mascarar posicionamentos violentos.

De acordo com Homi K. Bhabha, “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 1998, p. 111). Nesse sentido, o hibridismo assume um caráter depreciativo quando funciona como um dispositivo opressor para fixar um pensamento dualista na distinção essencialista entre o Mesmo e o Outro.

No entanto, esse modelo binário com representação de um mundo dividido entre civilizados e primitivos, em que os primeiros possuem relação com o centro (Ocidente), enquanto os segundos estariam localizados na periferia (Terceiro Mundo), apresenta fissuras e contradições. Afinal, como Bhabha indica, as culturas entram em contato constante umas com as outras de forma com que exista uma impureza congênita. Além de haver uma transculturalidade que não abre brechas para os colonizadores saírem intactos dessas trocas, a construção mútua de subjetividades entre opressores e oprimidos inviabiliza o apagamento de culturas imposto pelo poder hegemônico.

Tal interação permite o surgimento do que Bhabha denomina como Terceiro Espaço. Nele, os sujeitos incorporam elementos das diferentes culturas, formando identidades híbridas. Teríamos, então, uma zona de contato onde os colonizados renegociam identidades capazes de provocar ruídos nas instituições hierárquicas, em binarismos e nas polaridades.

Aliás, “é no Terceiro Espaço, então, que o hibridismo toma a sua função como ferramenta de resistência do colonizado, como espaço de atuação de novos agentes e do surgimento de novos discursos e estruturas de autoridade” (COSTA, 2018, p. 6). Sem pertencer necessária e exclusivamente a uma das culturas, os sujeitos localizados nessa liminaridade e oprimidos pela dominação colonial, pelo racismo e pela condição de diáspora subvertem a ordem social e desenvolvem resistência às estruturas de poder. Assim, para eles, a cultura serve como estratégia de sobrevivência, em que os símbolos culturais são frequentemente modificados para se adaptar às suas necessidades (COSTA, 2018, p. 7).

Para aprofundar melhor as questões de gênero no contexto teórico dos estudos decoloniais, parece ser produtivo relacionar o Terceiro Espaço com o conceito de Space-Off, o qual Teresa de Lauretis toma emprestado do universo cinematográfico. O termo, sob a perspectiva de gênero, é definido pela autora como os “espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento” de tal modo que viabiliza termos para uma construção diferente do gênero

que se afirmam no nível da subjetividade e da autorrepresentação: nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder; e nas produções culturais das mulheres, feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia, cruzando e

recruzando as fronteiras - e os limites - da(s) diferença(s) sexual(is). (LAURETIS, 1987, p. 237).

É notável que, assim como no Terceiro Espaço, o Space-Off é constituído por dois lados: aquele que representa os discursos das esferas dominantes, bem como as brechas onde estão presentes as resistências e os apelos subversivos. Como Lauretis argumenta, esses dois tipos de espaço não se opõem um ao outro, mas, coexistem concorrentemente e em contradição suscitando tensões, multiplicidades e heteronomia (LAURETIS, 1987, p. 238).

Ambos os conceitos revelam o imediatismo da circunstância histórica concreta, até porque não discorrem sobre utopias. Pelo contrário, são efetivamente ocupados por sujeitos que se apropriam dos discursos hegemônicos, os desconstroem e encontram formas de resistência ao propor pensamentos alternativos às ditas estruturas fixas disseminadas pelos sistemas coloniais e patriarcais.

Por que interseccionar?

A relevância em pensar sobre espaços onde outras formas de vivências possam coexistir com um sistema opressor decorre da urgência em problematizar realidades produzidas e, portanto, naturalizadas. A percepção que as pessoas têm sobre gênero, em geral, é uma delas.

Só para ilustrar, estudos de autores como Paula Gunn Allen (1986/1992), Oyeronké Oyewùmí (1997) e Anibal Quijano (2000) revelam que sociedades matriarcais prevaleciam em diversos países colonizados. Entre as formas de violência que o poder colonial desferiu contra esses povos, está o estabelecimento do gênero e da raça como princípios organizadores para o que conhecemos hoje como o modelo de poder capitalista globalizado.

É importante considerar as mudanças que a colonização trouxe para entender o escopo da organização do sexo e do gênero sob o regime colonial e o capitalismo global eurocentrado [...] As correções cosméticas e estruturais à biologia deixam muito claro que o “gênero” antecede os traços “biológicos” e confere-lhe significado. (LUGONES, 2018, p. 253).

Em suas discussões, Lauretis examina esse cenário de dominação enquanto denuncia a relação entre os gêneros e as diferenças sexuais como perpetuadoras do pensamento patriarcal e ocidental. Sobretudo, o conceito de Space-Off desponta como uma estratégia para romper essa limitação, a qual tem como propósito manter a divisão capitalista do trabalho e alocar os sujeitos em postos de poder de forma conveniente ao homem branco.

Assim, a noção de gênero está vinculada a uma linguagem universal imposta em países africanos, americanos e orientais, constituindo uma “maquinação bem-sucedida das forças imperiais em afirmar sua dominação na medida em que os subjugados se associam com as normas e os valores imperiais e hegemônicos” (PUNT, 2008, p. 24.4, tradução livre).

Contudo, se no conceito de Terceiro Espaço não há uma redução de valores culturais, e sim uma miscigenação, o Space-Off evita, numa mesma medida, a negação do gênero. Caso contrário, tal posicionamento faria com que feministas permanecessem apenas dentro da ideologia. As estruturas tradicionais podem ser contestadas somente quando os sujeitos marginalizados habitam esses espaços, celebram a diferença e transformam o desconforto ou a contradição em movimentos políticos e artísticos em prol da conscientização.

Inegavelmente, Ana Cássia Rebelo, autora da obra que ainda será analisada neste ensaio, está situada numa via de cruzamentos ao se posicionar como mulher, mãe, imigrante e descendente de países colonizados (Moçambique, onde nasceu, e Índia, origem de seu pai). Por meio da escrita, revela comportamentos e percepções desviantes do padrão. Desconstrói estereótipos e padrões de feminilidade de maneira fluida. Apesar do tom despretensioso, suas falas se inscrevem nos movimentos de emancipação mencionados no parágrafo anterior.

Jeremy Punt (2008) articula os paradigmas teóricos queer e decolonial e salienta que este último ajuda o primeiro a desistir da homogeneização do amor do mesmo sexo. Em suas discussões, reconhece que a marginalidade dos sujeitos que não obedecem à norma pode ser descrita tanto do lado de fora quanto de dentro. Porém, somente no último caso ela é assumida e explorada criativamente, o que possibilita redesenhar fronteiras e alterar o centro e a periferia.

É possível aproveitar o diálogo entre as teorias para frisar que Ana Cássia Rebelo é atingida pelo discurso hegemônico em diferentes níveis ao ser interseccionada por vários fatores que a condicionam como marginalizada. Nesse aspecto, vale ressaltar que “a interseccionalidade revela o que fica invisível, quando categorias como gênero e raça são conceitualizadas separadamente” (LUGONES, 2018, p. 248). Quando a autora de *Ana de Amsterdam* ecoa, a partir de sua condição, situações e comportamentos que a constituem como mulher e mãe fora dos padrões, ela habita e reconhece sua posição no Terceiro Espaço. Por conseguinte, se deflagra como agente política “expondo na mistura de identidade as contradições e ambivalências do discurso colonial” (COSTA, 2018, p. 6). Isso confirma a pertinência que Lauretis (1987) atribui em permanecer dentro e fora da ideologia de gênero, desde que a pessoa esteja consciente desse processo. Desse modo, a identidade híbrida de Ana Cássia Rebelo está em constante movimento, assim como produz olhares alternativos e sugere reposicionamentos para quem acompanha o desmonte do conceito fabricado de gênero.

Do mesmo modo, sob a ótica específica da teoria dos gêneros literários, também o projeto de escrita da autora se mostra descentrado e extraterritorial, ao recorrer ao hibridismo que se manifesta em, pelo menos, três dimensões: primeiramente, ao quebrar as barreiras que criam estereótipos sobre a literatura produzida na Internet;

em seguida, ao levar essa coletânea virtual para o suporte editorial de livro; e, por fim, quando insere microcontos aleatórios entre as entradas de seu diário.

Assim, o hibridismo que constitui as identidades de Ana Cássia Rebelo também está presente na sua posição como escritora. Ela provoca trânsitos entre gêneros literários e subverte a noção estruturalista de escrita.

Um diálogo com Ana de Amsterdam

Após essas breves explicações sobre os conceitos de Terceiro Espaço e Space-Off, algumas páginas do diário de Ana de Amsterdam poderão contribuir para uma percepção de como sujeitos marginalizados, que resistem nesses espaços, podem desestabilizar hierarquias e binarismos. Apesar de ser relevante ter em vista que os relatos pessoais da autora são intercalados por alguns de seus contos de caráter mais nitidamente ficcional, a análise desta escrita terá como foco os trechos do diário em prol de um recorte mais coeso de tipo autobiográfico.

A autora evidencia em algumas passagens que a estigmatização em relação ao fato de o seu pai ser indiano é recorrente dentro de seu próprio círculo familiar: “a minha mãe não percebe que a Índia faz parte de nós, do meu pai, de mim, dos meus filhos, dos meus irmãos, dela própria” (REBELO, 2015, p. 15).

A mãe, portuguesa, se incomoda não apenas com as pessoas que essa origem trouxe, como também demonstra fobia diante das características físicas que a filha poderia ter herdado pela descendência. Nos relatos de Ana, ela sempre dizia: “graças a Deus que vocês não têm pernas de indiana [...] as mulheres da terra do vosso pai têm pernas de alicate, muito finas, parecem umas desgraçadas com poliomielite” (REBELO, 2015, p. 144). Ao estabelecer um distanciamento em relação às mulheres indianas da família, já que fazia menção explícita às cunhadas, irmãs, sobrinhas, primas e sogra, é notável que estas, ao adentrarem no território dos colonizadores, seriam atravessadas por discursos opressores, tanto ao que diz respeito ao gênero quanto à etnia. Logo depois, Ana diz que, quando criança, não duvidava do conhecimento de sua mãe, o que serve como indicativo de que essas representações são construções sociais e culturais geradas a partir das experiências que ela teve com familiares e amigos, bem como daquilo que absorveu da mídia e dos contextos em que esteve inserida.

O fato de que uma identidade, seja assumida ou atribuída, sobre a qual uma sociedade se estrutura é importante, porque pode empoderar ou enfraquecer as pessoas (PUNT, 2008, p. 24.7, tradução livre). Isso é presenciado na percepção que Ana desenvolve sobre sua posição no mundo. Em alguns momentos, se lembra de ter orgulho de sua descendência indiana e aspira aprender a pintar as unhas com colê e a usar um sari. Em outros, é possível notar que o seu estado depressivo possui ligação com as características que o corpo assume com o passar dos anos. No entanto, em todo caso a escritora transparece ter consciência de onde esses burburinhos vêm e joga sobre os leitores vocábulos crus e diretos recusando as expectativas atribuídas às mulheres.

E cresceu-me, no lábio superior, uma pústula herpial que está prestes a dar-me cabo da curva do cupido. O joanete do pé direito dói-me que se farta e não me deixa usar sapatos de salto. O pior é o corrimento vaginal, inodoro, mas de consistência duvidosa, que insiste em fugir do meu interior. Apodreço. (REBELO, 2015, p. 71-72).

Esse registro no diário de Ana subverte a noção de que ela deveria se submeter a uma série de cuidados com o corpo para se apresentar à sociedade, já que “ter nascido mulher é ter nascido, num determinado e confinado espaço, para a guarda do homem” e o rol de feminilidades impostos sobre as mulheres existe para a “contemplanção do sujeito masculino” (BERGER, 1999, p. 48).

Mais adiante, Ana reitera a fuga à feminilidade ao dizer que cortou o cabelo muito curto, deixou de usar maquiagem, desistiu de uma vez por todas dos saltos altos, assim como de vestidos e transparências, e afirmou ter preguiça em tirar o buço. Adotar um comportamento desviante e, além disso, escrever sobre isso são movimentos sociais e discursivos que motivam as “contrapráticas e novas formas de comunidade” previstas no Space-Off (LAURETIS, 1997, p. 238).

Por falar em expectativas, o papel social que repousa com maior intensidade sobre as mulheres é o da maternidade. A visualidade da mãe pura, ainda que contraditória, e disposta a se sacrificar em prol do bem-estar dos filhos afugenta qualquer permissividade para proferir insatisfações sobre essa árdua tarefa. Pois,

o binômio sexo/gênero se traduz de maneira implícita e natural em sexualidade reprodutiva, heterossexual e instala então a imagem da “verdadeira mulher”, cuja função materna desenha os contornos e as funções sociais de um corpo sexuado [...] A função social da reprodução — a maternidade e o materno — continua ligada à noção do feminino: a demanda atual pelas novas tecnologias de reprodução mostra a permanência deste desejo da procriação biológica. (SWAIN, 2000, p. 50-51).

Sobre isso, Ana desconstrói discursos desde o momento da gestação até o momento de criação dos filhos. Apesar de manter o tom poético, o texto realça os percursos ásperos pelos quais passou. Desestabiliza a romantização dos nove meses de espera e descarta a pureza que inibe a sexualidade das mulheres depois que estas se tornam mães: “sinto-me uma tartaruga vagarosa, daquelas que têm mais de cem anos e chegam às praias de águas trépidas para se livrarem de centenas de ovinhos. Detesto estar grávida. Sempre detestei” (REBELO, 2015, p. 88); “entristeci quando acordei e me confrontei com o meu corpo de pós-puérpera, flácido e volumoso, e as minhas mamas imensas, gotejando leite nos lençóis de florinhas violetas” (REBELO, 2015, p. 93); “na caixa registradora, depois das pastilhas, chocolates e sacos de gomas, enquanto limpo o nariz da minha filha, topo por um escaparate cheio de revistas femininas [...] anuncia-se a oferta do kamasutra do sexo oral. O assunto interessa-me

[...] Faço deslizar a revista para o carrinho das compras e sorrio à menina da caixa, uma mulata bexigosa, que elogia os olhos dos meus filhos” (REBELO, 2015, p. 94); “há dezasseis anos fui mãe pela primeira vez. A maternidade não me realiza, nem me tranquiliza” (REBELO, 2015, p. 211).

As condições biológicas que tornam possível às mulheres conceberem uma criança foram determinantes na vinculação entre sexo e gênero, ao ponto de tornar o papel social da maternidade incontestável. Conseqüentemente, o sistema capitalista globalizado orquestrou suas posições no mercado, conforme a necessidade vigente. Por exemplo, antes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, as mulheres estavam confinadas ao lar com o intuito de cuidar dos filhos e do marido para que os homens pudessem sair. Quando estes foram convocados à luta, estruturas dominantes reverteram o discurso de que as mulheres não poderiam trabalhar tendo em vista a necessidade de mão de obra nas fábricas e em outros negócios.

Dissociar o social do caráter natural do termo “sexo”, como muitas vezes propôs Lauretis (1997), é significativo para promover o reposicionamento dos sujeitos nesses espaços de confronto. “É necessário, antes de tudo, delimitar e reivindicar um território para o social: possuir um lugar conceitual diferente do sexo, e ainda ligado ao significado tradicional do termo ‘sexo’, para poder, a partir desse lugar estratégico, interpelar esse sentido tradicional” (DELPHY, 2018, p. 207). Abandonar, pelo menos por um instante, as hierarquias que o gênero estabelece causa bastante incômodo, o que é comum mesmo entre quem se encontra no Terceiro Espaço ou no Space-Off. Porém, provavelmente conseguiremos pensar sobre o gênero e as suas conseqüências somente quando tivermos uma percepção do não-gênero (DELPHY, 2018, p. 213).

O mesmo desconforto se manifesta quando os sujeitos, além dos problemas de gênero, se veem confrontados com a dominação social que emerge da raça e da etnia. A essa altura vale reforçar a indispensabilidade da intersecção, dado que as identidades híbridas dos colonizados são alvos de dominação “não apenas de uma raça pela outra e especialmente de um gênero pelo outro, mas também de uma classe pela outra” (HALL, 2016, p. 183, tradução livre).

Como Ana escreve, “é complicado ser-se de toda a parte e não se ser de sítio nenhum. É difícil ter tantas raízes” (REBELO, 2015, p. 30). Etnia e gênero demarcam para a escritora um lugar bastante específico no sistema. Para Bhabha, apesar da inquietação, essa posição é vantajosa, porque “entender como a cultura tem dinâmicas complexas é crucial, e permite a consciência de como ela é algo performático, que tradições são inventadas, e que existe, afinal, a possibilidade de reconstrução constante, e até mesmo positiva e emancipatória” (COSTA, 2018, p. 6).

De acordo com Bhabha, somente quem ocupa esse espaço de “in-betweeness” pode ser considerada ou considerado personagem de dois mundos e, portanto, capaz de oferecer um olhar crítico e acolhedor sobre os dois lados. Logo, essas tradições inventadas são descobertas e renegociadas pelos sujeitos que estão na fronteira. E quando Ana comenta que do outro lado do Atlântico “todos, ou quase todos” são como ela, mestiços, endossa a perspectiva de que o colonizador não poderia sair intocado desse contato estabelecido no Terceiro Espaço. Sob o mesmo ponto de vista, “não é

apenas moçambicano aquele que nasceu na terra, mas também o originário doutra cultura, que soube integrar-se e apropriar-se de novas raízes [...] contribuindo, assim, para a mestiçagem cultural” (MICHELETTI, 2006, p. 350).

Ana absorveu as impressões da mãe, portuguesa, sobre a Índia, assim como conheceu o país através das vivências contadas pelo pai e pela tia Amália, ambos indianos. Também teve seus próprios momentos naquele contexto. Contudo, para preencher algumas lacunas das épocas em que, “por incompetência do destino” (REBELO, 2015, p. 30), esteve fora, sentiu a necessidade de imaginar raízes.

Não tenho o privilégio da raça pura. Sou mestiça. Certa vez, contei à tia Amália a confusão que a indefinição dos meus traços provoca. Já me tomaram por brasileira, cubana, argentina, cabo-verdiana, moçambicana, marroquina, paquistanesa, indiana e até espanhola [...] A minha tia abanou a cabeça, rejeitando tais hipóteses. No crepúsculo vermelho e fresco da casa de Pondá, assegurou que pareço parsi [...] Explicou-me que os parsis, mais claros, são indianos originários da antiga Pérsia, actual Irão, um povo influente, que vive sobretudo nos estados do Maharashtra e Gujarat [...] Engoli um quadrado esborado que sabia a flores e especiarias. Engoli também as origens imaginárias que a minha tia, nesse dia, me traçou. (REBELO, 2015, p. 68-69).

Ou seja, ao construir um arcabouço de possibilidades subjetivas, ela oferece a si mesma novas subjetividades políticas, as quais jamais seriam dadas pelo sistema dominante. Segundo Stuart Hall, “elas são conquistadas nas práticas de articulação que o produzem” (HALL, 2016, p. 206, tradução livre).

Compartilhar esses contatos e as suas intimidades em seu blog não passou despercebidamente pelos leitores. A potencialidade da escrita de uma pessoa com identidade interseccionada produz ressonâncias significativas em outros sujeitos. Não é por acaso que sua obra foi selecionada para uma discussão sobre o hibridismo e os percursos dentro e fora da ideologia de gênero.

Às vezes, as formas apropriadas pelas pessoas podem não parecer ter qualquer potencial para luta, resistência, negociação ou mesmo sobrevivência, mas, no entanto, geram-nas para pessoas que são capazes de descobrir nelas uma linguagem dentro da qual possibilidades subjetivas alternativas são disponibilizadas (HALL, 2016, p. 206, tradução livre).

Isso não significa que tais apropriações se tornem, em algum instante, dominantes. Diversas ideologias podem conviver num mesmo sistema social. Mas, como o próprio Hall indica, essas culturas de sobrevivência não necessitam da posição de liderança para que seus discursos as fortaleçam. A força que daí provém gera mudanças que conquistam concessões e ganhos relevantes para os personagens de fronteira (HALL,

2016, p. 188). A hegemonia é perfeitamente capaz de tolerar marginais e desviantes, e são justamente esses espaços abertos que permitem aos grupos dominantes liderarem (HALL, 2016, p. 172).

Por outro lado, engana-se quem acredita que o conflito dos marginalizados acontece somente em contato com os ditos colonizadores de Bhabha. Os sujeitos que (re)fazem caminhos às suas origens estão vulneráveis a discursos violentos de seu próprio povo.

Devia ter oito ou nove anos. Pedalava sozinha pelo caminho do moinho quando uma mulher da aldeia meteu conversa comigo [...] Queria saber quem eu era. Parei a bicicleta e expliquei-lhe que era neta da vizinha Felicidade que viva na casa da barra amarela. <<Ah, és a filha do indiano retornado!>>, disse a mulher com assumido despeito na voz, marcando a diferença, impondo entre nós um fosso intransponível. Não sabia o exacto significado da palavra retornado. Sabia apenas que era uma palavra terrível. Provocava em minha casa discussões e lágrimas. Às vezes, a palavra saía da boca da minha tia; outras vezes, escutava-a na boca do meu pai. Sendo a mesma palavra, parecia ter diferentes significados consoante fosse dita pela minha tia ou pelo meu pai [...] Porém, mesmo não sabendo exatamente o que significava ser retornado, não quis naquela tarde ser a filha do indiano retornado. Tive vergonha de o ser, pressenti, pelo tom de voz da mulher, que era motivo de humilhação. <<Não sou filha do retornado>>, respondi [...] Foi nessa tarde, no cimo da colina do moinho, que comecei a ser filha do meu pai, a querer-lhe bem, a amá-lo de uma maneira absoluta que é a única maneira de o amar. (REBELO, 2015, p. 135-136).

O termo “retornado”, quando proferido pela vizinha, abriga repulsa e alimenta o imaginário de que as pessoas que migram de suas terras não são dignas de respeito. Talvez os que permanecem atribuem audácia aos que se coadunam com os colonizadores. Afinal, podem permanecer marcados, com razão, pela violência que tomou espaço durante o contato entre ambas as partes no país que serviu como palco da colonização. Ou, quem sabe, enxergam fraqueza nos que retornam por não conseguirem criar resistências no lado do inimigo.

De qualquer maneira, a expressão serve como um lembrete de que nenhuma cultura sobrepõe a outra, da mesma forma que os conflitos são cíclicos, não cessam e precisam ser tomados pelos marginalizados como estratégia de resistência. Inclusive, assim como Ana entra em defesa de seu pai, grupos marginalizados, ainda que atravessados por diferentes fatores de opressão, precisam se articular em prol de suas sobrevivências.

Portanto, é a articulação, o elo desnecessário entre uma força social que se faz e a ideologia ou concepções de mundo que tornam inteligível o processo pelo qual estão passando, que vai trazer para

o cenário histórico uma nova posição social e posição política, um novo conjunto de sujeitos sociais e políticos. (HALL, 2016, p. 146, tradução livre).

Esse olhar também está atrelado à ideologia de gênero. Feministas a encaram do lado de dentro e de fora assumindo consciência sobre ela com o intuito de se distanciarem do referencial androcêntrico, em que o gênero e a sexualidade são (re) produzidos. Torna-se viável, então, (re)construí-lo em termos outros que aqueles ditados pelo contrato patriarcal (LAURETIS, 2016, p. 227).

Todavia, as articulações entre raça, etnia, gênero e classe precisam ser coerentes. Isso significa dispensar o prazer, inclusive entre marginalizados, em atribuir estereótipos a outros sujeitos.

Hoje, no metro, topei com uma rapariga negra. Uma miúda típica dos subúrbios, com o cheiro de bairro social entranhado na pele. Feia, a pele manchada, o cabelo mal alisado, teso como se tivesse goma [...] Pelo decote saltavam umas mamas cor de ébano, grandes, empinadas, rígidas, túmidas [...] Fiquei estupefacta. Eram dignas de se ver, aquelas mamas. (REBELO, 2015, p. 17).

Nas entrelinhas (ou não), Ana associa a mulher negra ao subúrbio e a traços que, pelas palavras que usa, escapam ao padrão que ela possui de beleza. A narrativa, que tem início com a demarcação de uma “rapariga negra”, é finalizada com a sexualização do corpo desse grupo, um discurso cravado no projeto colonial. Numa só passagem, presenciamos a construção da diferença pautada nas formas raciais e sexuais, atribuídas ao sujeito colonial (BHABHA, 1998, p. 107).

Apesar de Ana ser mestiça, nada a impede de se apropriar das visualidades que os homens brancos heterossexuais construíram sobre as mulheres negras. Como discutido num momento anterior, estamos vulneráveis à reprodução de estereótipos que as estruturas de poder e as relações familiares nos impõem. Porém, a busca pelo próprio reposicionamento deve ser constante para que intersecções sejam efetivamente articuladas em prol de mudanças no sistema.

Por outro lado, é possível considerar a passagem como uma paródia à construção de estereótipos. Logo, essa alternativa de leitura parte do pressuposto que Ana se reapropria da imagem da mulher negra como um componente irônico e paródico para constranger os colonizadores.

Do ponto de vista literário, tal percepção anda em consonância com a forma visceral e mesmo abjeccionista, e ao mesmo tempo poética, que a autora aborda temas polêmicos em um texto sem hierarquias, tanto de gêneros sexuais quanto narrativos. A estrutura aleatória do livro trabalha metaforicamente com o caos da complexidade dos contextos em que Ana esteve e está inserida.

Aproximações Finais

Relacionar os conceitos de Terceiro Espaço, de Homi K. Bhabha, e de Space-Off, emprestado do cinema por Teresa de Lauretis, possibilitou uma análise mais abrangente sobre as interseccionalidades que envolvem raça, etnia e gênero.

Apesar de o primeiro permitir uma ancoragem nos processos coloniais que, por consequência, envolvem fatores raciais e de etnia, alguns contornos específicos à ideologia de gênero foram mais bem delineados a partir dos estudos desenvolvidos por feministas.

É perceptível que espaços tidos como invisíveis possuem força latente para despertar sujeitos marginalizados, promovendo alterações significativas no sistema capitalista global através de sua desestabilização. Isso significa gerar ranhuras em polaridades, hierarquias e binarismos. Nesse sentido, o percurso da escrita, que por si só não é convencional por ser adaptada do blog para o formato de livro, produz ainda mais ruídos quando convida os sujeitos a saírem da imersão no diário para microcontos aleatoriamente inseridos nas páginas. Ou seja, Ana provoca incômodos até mesmo em espaços marginalizados no universo literário e, dessa forma, consegue chamar a atenção para pautas sociais com maestria.

Ao mesmo tempo, é pertinente observar que, ainda que a Índia tenha sido colonizada pela Inglaterra, e não por Portugal, alguns padrões podem ser detectados tanto nas falas e nos comportamentos de sujeitos pertencentes a países com histórico colonizador, quanto no posicionamento daqueles que sofrem agressões devido às suas origens localizadas em países colonizados. Dito de outra maneira, os Estados opressores compartilham de um mesmo sentimento de prepotência cultural quando entram em contato com aqueles que, por outro lado, tiveram suas crenças e seus costumes silenciados. Em diferentes trechos do livro analisado neste artigo, é possível presenciar os confrontos presentes na família de Ana devido a esses distanciamentos territoriais.

Afinal, as relações entre os continentes europeu e americanos costumam ser demarcadas por exemplos semelhantes às narrativas dessa escritora. Inclusive, não é por acaso que Stuart Hall está entre as referências selecionadas para construir as análises propostas neste trabalho. Nascido na Jamaica, país situado na América Central e colonizado pela Inglaterra até 1962, o teórico era filho de pai inglês e mãe jamaicana. Assim como Ana, viveu na fronteira, e isso lhe permitiu não apenas ser precursor na área de Estudos Culturais, como também reconhecer a relevância de interseccionar fatores e contextos para compreender qualitativamente os processos de subjetivação dos sujeitos e o funcionamento do sistema capitalista patriarcal.

Contudo, para além das questões aqui analisadas, vale ressaltar ser necessário abrir outro(s) espaço(s) para pautas como o capacitismo, o etarismo e as complexidades que envolvem a teoria *queer*. Apesar das opressões contidas nesses termos não serem recentes, elas ainda carecem de uma força substancial que poderia ser incentivada de modo mais proeminente nos estudos decoloniais.

Por ora, esperamos incentivar a busca desses espaços híbridos ou contidos nos interstícios das estruturas de poder para que discursos naturalizados e pensados de forma autônoma possam ser cruzados e atravessados pelos grupos marginalizados, principalmente através de produções literárias convidativas para a desconstrução de hierarquias. Aliás, os diálogos assumem maior potencial de reposicionamento das pessoas quando inseridos em conteúdos mais acessíveis. Como os leitores, a partir do local em que atuam, podem contribuir para tarefas decoloniais fora dos contextos acadêmicos?

Bibliografia

ALLEN, Paula Gunn. *The sacred hoop: Recovering the feminine in American Indian traditions*. Boston: Beacon Press, 1986/1992.

BERGER, John. *Modos de ver*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BHABHA, Homi Kharshedji. *O local da cultura*. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

COSTA, Karla Resende da. *Hibridismo, resistência e mudança: um diálogo entre a teoria do discurso de Ernesto Laclau e o pós-colonialismo de Homi K. Bhabha*. Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

DELPHY, Christine. Pensar o gênero: problemas e resistência. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.). *Gênero e performance: Textos essenciais 1*. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 197-213.

HALL, Stuart. *Cultural Studies 1983*. 1ª edição. Durham and London: Duke University Press, 2016.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Indianápolis: Indiana University Press, 1989, p. 206-242.

LUGONES, María. Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/moderno. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.). *Gênero e performance: Textos essenciais 1*. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 239-270.

MICHELETTI, Everton Fernando. O “terceiro espaço” em “O embondeiro que sonhava pássaros”, de Mia Couto, e “A árvore que tinha batucada”, de Boaventura Cardoso. In: Anais do XIII Congresso Internacional da ABRALIC. Campina Grande: ABRALIC, 2013.

OYEWÙMÌ, Oyeronké. *The Invention of Women: Making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PUNT, Jeremy. Intersections in queer theory and postcolonial theory, and hermeneutical spin-offs. *The Bible and Critical Theory*, ano IV, n.2. 2008, p. 24.1-24.16.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: QUIJANO, Anibal (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, 2000, p. 117-142.

REBELO, Ana Cássia. *Ana de Amsterdam*. 1ª edição, Lisboa: Quetzal Editores, 2015.

SWAIN, Tania Navarro. A Invenção do Corpo Feminino ou a Hora e a Vez do Nomadismo Identitário. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*, vol. 8, n. 1-2, 2000, p. 47-84.

Recebido em 08/06/2022.

Aceito em 24/10/2022.